

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siuffi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2761/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 4 a 11.6.2018, a serem usufruídos nos dias 6 e 28.9.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2762/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 3 (três) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos no período de 17 a 19.9.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2763/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça da comarca de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Vara do Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista, no julgamento do Processo nº 0000407-02.2014.8.12.0003, no dia 27.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2765/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 68º Promotor de Justiça de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 6ª Vara Criminal da referida Comarca, no dia 16.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2766/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 42ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Andréia Cristina Peres da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas da mencionada Comarca, nos dias 13 e 14.8.2018, em razão de viagem do titular, Luiz Antônio Freitas de Almeida.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2767/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça da comarca de Campo Grande, abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 8ª Vara do Juizado Especial - Justiça Itinerante - da referida Comarca, nos dias mencionados, em razão de férias do titular Promotor de Justiça Eduardo Franco Cândia:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DIA
Ricardo Benito Crepaldi	13 e 20.8.2018
Kristiam Gomes Simões	14.8.2018
Plinio Alessi Junior	15.8.2018
Érica Rocha Espindola	16.8.2018
Celso Antonio Botelho de Carvalho	21.8.2018
Clovis Amauri Smaniotto	22.8.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2771/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça, abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem no Procedimento Investigatório Criminal nº 15/2016/GAECO e na Medida Cautelar nº 0017777-58.2018.8.12.0001, da Vara da Infância e Adolescência/Medidas Cautelares Criminais da comarca de Campo Grande e na deflagração da Operação “Grãos de Ouro”, a partir de 8.8.2018:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	COMARCA
Adriano Lobo Viana de Resende	Campo Grande
Gerson Eduardo de Araújo	
Humberto Lapa Ferri	
Pedro de Oliveira Magalhães	Cassilândia
Fernanda Proença de Azambuja	Chapadão do Sul
George Cassio Tiosso Abbud	Costa Rica
Marcos André Sant'Ana Cardoso	Coxim
Radamés de Almeida Domingos	Itaporã
Maurício Mecelis Cabral	Nova Alvorada do Sul

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2769/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 120 (cento e vinte) dias de licença à gestante, a partir de 23 de junho de 2018, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 139, inciso V, e 153, *caput* e § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6 de julho de 2011, c/c o artigo 56 da Lei Estadual nº 3.150, de 22 de dezembro de 2007.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2772/2018-PGJ, DE 10.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2009 a 6 de janeiro de 2010, a serem usufruídos nos dias 17.9 e 17.12. 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2781/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D'Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, acompanhar a Operação Ágata, no 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Bela Vista/MS, no período de 13 a 17 de agosto de 2018, cujo objetivo principal é o combate aos ilícitos transfronteiriços.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2773/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal no período de 13.8 a 1º.9.2018, em razão de férias da titular, Lourdes Paim de Moraes; e tornar sem efeito a Portaria nº 2721/2018-PGJ, de 8.8.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2774/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, no período de 23 a 27.7.2018, em razão de férias, licença compensatória referente a doação de sangue e licença para tratamento de saúde da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2775/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Pedro Borges de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Cassilândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 15 a 24.8.2018, durante as férias do servidor Diego Vinícius Queiroz Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2776/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Mariana Silva Martins Lucas, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de divórcio em 24.7.2018, de modo que passe a constar Mariana Silva Martins.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2777/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 1º.8.2018, as férias da servidora Sônia Lopes Chagas, concedidas por meio da Portaria nº 916/2018-PGJ, de 12.3.2018, e suas alterações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 8 a 11.10.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2778/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor José Guilherme de Oliveira, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 23.7 a 11.8.2018, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 21.8.2018 e de 5 a 14.11.2018, em razão de licença-paternidade, nos termos do artigo 10, inciso III, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2780/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alessandra Messias Holland dos Santos	2016/2017	3 a 22.9.2018			1º a 10.10.2018
Paulo Henrique Moraes Grande	2016/2017	25.6 a 4.7.2018	5 a 14.12.2018		5 a 14.7.2018

PORTARIA Nº 916/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thais Gisele Torres Catalani	2016/2017	9 a 28.9.2018			20 a 29.4.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alessandra Messias Holland dos Santos	2016/2017	27.8 a 5.9.2018	11 a 20.3.2019		1º a 10.10.2018
Paulo Henrique Moraes Grande	2016/2017	25.6 a 4.7.2018	1º a 10.10.2018		5 a 14.7.2018

PORTARIA Nº 916/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Thais Gisele Torres Catalani	2016/2017	3 a 12.12.2018	20.2 a 1º.3.2019		20 a 29.4.2018

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2779/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 6.8.2018, as férias da servidora Catarina Costa da Silva, concedidas por meio da Portaria nº 1969/2018-PGJ, de 11.6.2018, e suas alterações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 1º a 3.10.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2786/2018-PGJ, DE 13.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Elizangela Cristina Paes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 43ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços para a Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados e um deslocamento semanal à última Comarca, a partir de 7.8.2018, em prorrogação, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/PGJ/2018  
UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 2/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/0452/2018).

Objeto: Aquisição de automóveis Volkswagen Gol, ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior, padronizados conforme a Resolução nº 20/2009-PGJ, de 5-11-2009 (alterada pela Resolução nº 06/2018-PGJ, de 26-04-2018).

- Abertura das propostas: dia 30 de agosto de 2018, às 15 horas (horário oficial de Brasília).

- Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 15 de agosto de 2018, por meio do endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação da Pregoeira, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 06/08/2018:

- Pregoeira: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente da Pregoeira: Hermes Alencar de Lima;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 14 de agosto de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz  
Pregoeira/PGJ

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado e Adjudicado o resultado da Concorrência nº 1/CPL/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1785/2018).

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pintura externa, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais (tintas, texturas, etc.) que se fizerem necessários, para atender ao Ministério Público Estadual.

Vencedora: Eletrel Engenharia e Consultoria Ltda - EPP, com o valor global de R\$ R\$ 84.456,88.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 14 de agosto de 2018.

Comissão Permanente de Licitação/PGJ

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000086 DE 09.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2908/2018.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 4/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE (lote 12 – item 12.1).

Valor: R\$3.192,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000086 de 09.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003858 DE 13.08.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2942/2018.**

Credor: COMERCIAL MISSOES LTDA - ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 49/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 13/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL (lote 1 - item 1); água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em embalagem transparente (garrafa descartável) com no mínimo 500 ml. Pacote com 12 unidades. Marca: POR DO SOL (lote 1 - item 2).

Valor: R\$9.960,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003858 de 13.08.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0039/2018/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2018.00002366-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBS Pioneira.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria de migração do Inquérito Civil físico nº 56/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art.56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Campo Grande, MS, 14 de agosto de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**TRÊS LAGOAS****EDITAL N. 0003/2018/04PJ/TLS**

A 4.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão o acessar integralmente via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil 06.2018.00002272-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M S A

Assunto: Apurar irregularidades no estabelecimento de M S A, localizado na Rua Antonio Trajano dos Santos, nº 428, Bairro Santo André, de nome fantasia Bar do seu Zé.

Três Lagoas/MS, 07 de agosto de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS

Promotora de Justiça

**EDITAL N°. 06.2018.00000478-8**

A 1.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2018.00000478-8 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000478-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Central Park

Assunto: Acompanhar a retirada do estacionamento de veículos da empresa Central Park da praça Ramez Tebet, situada nesta urbe, haja vista que a Prefeitura Municipal implantará novo projeto ao local para que seja destinado apenas como área de lazer.

Três Lagoas - MS, 10 de agosto de 2018.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL N. 013/2ªPJ/2018**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Vila Izanópolis.

Inquérito Civil nº. 06.2018.00002310-8

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível funcionamento irregular do aeródromo de Cassilândia/MS.

Cassilândia-MS, 13 de agosto de 2018.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0115/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001102-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001102-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar a omissão do município de Coxim que causou o fechamento da Unidade de Passagem São Francisco (albergue de passagem para andarilhos).

Coxim/MS, 14 de agosto de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

---

**MUNDO NOVO**

---

**EDITAL N.º 0016/2018/01PJ/MUV**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 06.2018.00002423-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2018.00002423-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município Mundo Novo.

Assunto: Apurar a contratação de pães e bolos pela Administração Pública de Mundo Novo, por meio do pregão presencial n. 024/2016, com diversas empresas e eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa - Originário do ICP físico 016/20116.

Mundo Novo/MS, 13 de agosto de 2018.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

---

**SÃO GABRIEL DO OESTE**

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2018 – 2ªPJ – SÃO GABRIEL DO OESTE/MS**

Objeto: Estabelece as diretrizes de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste/MS, inclusive com as Recomendações expedidas no Termo de Correição Ordinária nº 10.2018.00000065-8.

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS, ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de São Gabriel do Oeste/MS faz uso regular do programa de automação denominado SAJ-MP, o qual confere maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a delegação da prática de atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativo, nos procedimentos internos/extrajudiciais da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa(rá) economia de tempo para o órgão de execução;

CONSIDERANDO que, por meio da Emenda Constitucional nº 045/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido, no art. 93, o inciso XIV, com a seguinte redação: “os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório”;

CONSIDERANDO que o preceito acima mencionado se aplica ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, §4º da Constituição da República;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 203, §4º do Código de Processo Civil, cuja redação é a seguinte: “ Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 21 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, cuja redação é a seguinte: “O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa”;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza os órgãos de execução delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais vigentes;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Delegar aos servidores de apoio (Assessoria Jurídica e Técnico Administrativo) lotados nesta Promotoria a prática dos seguintes atos, independentemente de despacho:

a) juntada, nos autos de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Notícias de Fatos e Procedimentos de Investigação Criminal, de documentos encaminhados pelas partes, interessados ou órgãos públicos, para a instrução dos feitos, certificando-se a providência;

b) recebidos documentos na Promotoria de Justiça, o servidor (Assessor/Técnico) deverá cadastrá-lo no protocolo do sistema SAJ-MP, emitir o recibo de protocolo gerado pelo sistema, e promover, imediatamente, sendo o caso, a juntada nos autos dos procedimentos listados na alínea “a”, deste artigo, lançando a respectiva certidão e promovendo as baixas necessárias à alimentação do Sistema;

c) caso o documento recebido na Promotoria de Justiça se refira a mais de um procedimento em trâmite, o servidor (Assessor/Técnico) deverá reproduzi-lo e promover a juntada em todos os autos, certificando a medida;

d) realizada a juntada, os documentos físicos deverão permanecer arquivados com a anotação “juntado em autos eletrônicos”, indicando-se o número do procedimento SAJMP, sem a necessidade de novo despacho do órgão de execução.

Art. 2º - Após a realização de juntada, o servidor (Assessor/Técnico) fará imediatamente a conclusão do procedimento respectivo, alocando-o na fila “Aguarda Análise do Promotor”, do SAJ-MP.

Art. 3º - O servidor (Assessor/Técnico), após registrar no protocolo os convites e outros documentos meramente informativos (datas festivas, calendários, etc...), deverá apresentá-los fisicamente à Promotora de Justiça, realizando, posteriormente, o seu arquivamento no sistema SAJ-MP, com a observação: “entregue fisicamente à Promotora de Justiça”.

Art. 4º - Em similitude ao que ocorre no âmbito do Poder Judiciário (art. 152, inciso I e art. 250, inciso VI da Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil, que dispõem caber ao escrivão firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário) e tendo em vista que a desburocratização – com a retirada, do órgão de execução, da prática de atos de mero expediente –, permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público, fica delegada ao servidor (Assessor/Técnico) responsável pelo serviço de apoio, a atribuição para redigir, assinar e expedir às partes os seguintes atos de mera comunicação, que não possuem caráter requisitório ou decisório:

- a) ofícios ou cartas, impressas ou eletrônicas, informando a comunicação de arquivamento de procedimentos;
- b) ofícios respondendo a convites;
- c) convites para comparecimento na Promotoria de Justiça;
- d) mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS.

§1º O servidor (Assessor/Técnico) deverá consignar nos documentos de que trata o presente artigo, que os remete por ordem da Promotora de Justiça e com fulcro em atribuição delegada por esta Ordem de Serviço.

§2º Fica ressalvado, nos termos do artigo 21, parágrafo único da Resolução n. 015/2007-PGJ, que “*não constitui ato de mero expediente a determinação de remessa dos autos para reexame do Conselho Superior do Ministério Público*”.

Art. 5º - Nos moldes do Termo de Correição Ordinária nº 10.2018.00000065-8, fica determinado aos servidores de apoio (Assessoria Jurídica e Técnico) e aos estagiários (nível médio, graduação e pós-graduação) que:

- a) Observem nos ofícios requisitórios os requisitos estabelecidos no §9º do art. 22 da Resolução n. 015/2007-PGJ;
- b) Constem a fundamentação constitucional/legal das notificações ministeriais;
- c) Certifiquem nos autos dos procedimentos extrajudiciais o decurso do prazo dos expedientes ministeriais, encaminhando os autos conclusos;
- d) Agilizem a conclusão dos autos ao membro ministerial, sempre que necessário;
- e) Priorizem a citação de julgados dos Tribunais Superiores e do TJMS nas manifestações processuais.

Publique-se no DOMPMS.

Dê-se ciência pessoal, mediante assinatura, a todos os servidores e estagiários.

Encaminhem-se cópias, via e-mail, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para conhecimento.

Cumpra-se.

São Gabriel do Oeste/MS, 22 de junho de 2018.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO  
Promotora de Justiça